

GEOGRAFIA E PESCA: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE DE CONJUNTO*

GÉOGRAPHIE ET PÊCHE: DES CONTRIBUTIONS
POUR UNE ANALYSE D'ENSEMBLE

*Eduardo Schiavone CARDOSO***

RESUMO: Levantar elementos relevantes para enquadrar a análise da atividade pesqueira em processos mais amplos é o objetivo deste artigo. A partir das contribuições de autores não geógrafos, foram analisadas as questões relativas a tempo e espaço da pesca, formas de organização da atividade, relação da pesca com o Estado, entre outras questões.

Palavras-chave: pesca; pescadores; método; tempo; espaço.

RÉSUMÉ: Soulever des éléments importants pour mettre l'analyse de l'activité de la pêche dans les processus plus larges est l'objectif de cet article. Commencer par des contributions des auteurs non géographes, on a analysé les sujets relatifs au temps et l'espace de la pêche, formes d'organisation de l'activité, rapport de la pêche avec l'État, parmi autres sujets.

Mots clés: pêche, pêcheurs, méthode, temps, espace.

* Artigo elaborado em dezembro de 1993, revisto em outubro de 1996.

** Mestre em Geografia Humana pelo Depto. de Geografia da FFLCH – USP e Doutorando em Geografia Física pelo Depto. de Geografia da FFLCH – USP. Bolsista CAPES.

INTRODUÇÃO

Ao traçar as perspectivas da Sociologia Rural em artigo de 1953 (LEFEBVRE, 1978), Henry Lefebvre aponta para a problemática das realidades camponesas enquanto objeto da ciência. Alerta para o fato de que se tornaram interesse da ciência não por obra do acaso e sim porque colocaram questões práticas – para os Estados, para os partidos, para os movimentos, no tocante aos problemas agrários (reformas agrárias, migrações, questões tecnológicas, de crédito, entre outras).

No estudo das realidades camponesas um paradoxo se estabelece: ao mesmo tempo que não há um só camponês aparte de uma economia política global, a agricultura traz em si resíduos de um passado distante e em uma mesma região coexistem formas de organização da agricultura de diferentes temporalidades. Lefebvre trata esta questão em termos de complexidades – horizontal e vertical, presentes no mundo rural.

A primeira, complexidade horizontal, refere-se às diferenças e até antagonismos presentes em formações e estruturas agrárias de uma mesma época histórica, ao passo que a segunda refere-se à coexistência de formações e estruturas agrárias de idades e épocas distintas.

Tratar os cruzamentos entre estas duas ordens de fatores e o dinamismo presente no mundo rural, que reflete-se em transformações graduais, interrompidas, aceleradas, retardadas das forças de produção sem que apresentem qualquer esquema de continuidade, são questões que a metodologia ajuda a discernir e clarear.

Ao investigador, Lefebvre apresenta uma proposição metodológica, onde três procedimentos são indicados para a análise das questões camponesas. O primeiro procedimento é descritivo, baseado em uma teoria geral e na experiência; o segundo passo, analítico-regressivo, visa o fechamento da realidade descrita, no tempo e no espaço, para em seguida explicar esta realidade a partir de um procedimento histórico-genético, no qual busca desvendar a realidade a partir de sua evolução e suas relações com o que o autor chama de processos de conjunto.

Como marco geral para a análise das questões do campo e na perspectiva de traçar um processo de conjunto, Lefebvre destaca os seguintes marcos do desenvolvimento da agricultura:

- a) A existência primeira de uma comunidade rural ou comunidade "del pueblo" .
- b) A presença dos modos de produção escravista e feudal.
- c) As revoluções agrárias capitalistas.
- d) A industrialização da agricultura (no Capitalismo e no Socialismo).

Ao traçar estes marcos não significa dizer que trata-se de um processo linear e sim aponta o leque de possibilidades presentes nas realidades camponesas, cujo procedimento metodológico adequado ajuda equacionar e desvendar as questões levantadas. A estes marcos, somam-se ainda aspectos relativos às classes sociais no campo, à cultura campesina, entre outros presentes na análise do mundo rural.

Esta pequena síntese tem a função de pontuar as contribuições metodológicas de Lefebvre presentes em seu artigo. É bem verdade que o autor trata de realidades agrárias e qualquer tentativa de extrapolar esta proposição de método para o estudo de outras realidades, pode ser inadequada, podendo deturpar as colocações do autor. No entanto, tentarei me apegar em alguns pontos essenciais dos procedimentos apresentados que podem contribuir no entendimento da realidade pesqueira, em especial no litoral norte paulista.

Esta realidade comporta problemáticas específicas, para as quais vem sendo construído um corpo de conhecimentos voltado às questões marítimas e aos processos presentes no interior das sociedades pesqueiras, denominados por Breton e Estrada de processos halieuticos (BRETON & ESTRADA, 1989).

Na consolidação de um escopo metodológico para o trato das questões do mar e da pesca, alguns marcos devem ser abordados e aqui pre-

Eduardo Schiavone Cardoso

tendo desenvolver algumas questões que acredito relevantes para a análise da realidade pesqueira em relação à geografia e em relação a alguns processos mais amplos.

TEMPORALIDADES DA PESCA

As formas de organização da atividade pesqueira revelam uma temporalidade muito grande. No caso brasileiro, por exemplo, os chamados povos do Sambaqui já faziam da pesca atividade essencial em seus modos de vida, desvendados pela arqueologia pré-histórica. Indígenas, escravos, imigrantes de várias matizes aportaram à pesca brasileira elementos tecnológicos e culturais ao longo de momentos distintos da história.

Breton e Estrada atentam para o fato de que as sociedades pesqueiras, apesar de estarem desvinculadas dos esquemas evolucionistas da civilização humana, assumem importância histórica a medida que a pesca e a navegação – indissociáveis quando se trata de pesca marítima, exerceram papéis centrais nos processos de acumulação de capital e na consolidação do capitalismo mercantil nos séculos XV e XVI e na formação de centros urbanos importantes no Mar do Norte e no Canal da Mancha (BRETON & ESTRADA, 1989).

DIEGUES (1983) aponta para a existência de setores amplamente capitalizados e industrializados nas pescarias do século XIX na Inglaterra, França, Holanda e Alemanha.

Estas colocações remetem a Lefebvre quando este aponta para a inexistência de um só camponês aparte de uma realidade política e econômica global. Para a pesca, Breton e Estrada fazem uma proposição em termos semelhantes. Analisando as pescarias de produtores familiares dominados pelo capital comercial, atentam para o fato de que “para el observador mal avisado, tales productores parecen estar dentro de un sistema en que el capitalismo no esta presente, cuando en realidade es el nucleo de su funcionamiento” (BRETON & ESTRADA, 1989).

A esta observação, soma-se outra onde os autores constatarem que em muitas partes do mundo as comunidades de pescadores, situadas nas zonas de contato, sofreram influência dos circuitos mercantilizados antes até do que populações rurais mais interiorizadas.

No litoral norte de São Paulo, as populações de caiçaras aí residentes foram muitas vezes caracterizadas como populações isoladas, voltadas à auto-subsistência mesclando a pesca, a agricultura e um artesanato doméstico. Entretanto: crônicas de viajantes do século XVI, já descrevem os circuitos de troca ocorridos neste litoral durante o início do processo de colonização; nos séculos seguintes, algumas atividades como as armações baleeiras, os portos de escravos e de escoamento do ouro, os engenhos e os cafezais revelam a presença de um certo dinamismo na economia regional; na primeira metade do século XX Mussolini relata a dinâmica pesqueira da região, constituindo centros especializados na pesca e pontos de difusão de tecnologias de pesca trazidas por imigrantes japoneses (MUSSOLINI, 1980).

Hoje, mesmo em povoados distantes das cidades ou das estradas (praias cujo acesso só é possível por trilhas ou por mar e ilhas distantes da costa) não se verifica sinal de isolamento ou auto-subsistência, estando estas populações integradas em circuitos mercantis com mercadorias, via de regra, de baixo poder de troca – o peixe e alguma produção agrícola e artesanato.

Nesta perspectiva, podemos afirmar que o litoral norte paulista sempre esteve integrado a circuitos mercantis, ora mais ou menos dinâmicos, contribuindo para desvendar o véu de fumaça que trata das populações de pescadores caiçaras como isoladas e auto-suficientes.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PESCA

Do pescador-lavrador que exerce a pesca no espaço contíguo à sua moradia, ao pescador transoceânico, empregado de uma empresa transnacional, um leque de questões referentes às formas de produção pesqueira, investimentos de capital, relações de produção etc, se abre.

Eduardo Schiavone Cardoso

Um leque muito próximo do que Lefebvre chama de complexidade horizontal e vertical presentes no mundo rural.

Evidentemente que cada forma de organização da produção remete a um tempo, uma dinâmica e ainda a uma lógica produtiva. No litoral norte paulista, parte desta diversidade está presente no mundo da pesca.

As transformações do espaço de terra foram em parte responsáveis pela passagem do pescador-lavrador caiçara para o pescador exclusivo, dando origem ainda a novas possibilidades como o pescador-caseiro, o pescador-marinheiro de lancha, o pescador-dono de pousada, entre outras. Estas transformações, em especial na costa sul do município de São Sebastião, datam de cerca de três décadas a partir das investidas imobiliárias que culminaram com a abertura e asfaltamento (no início dos anos 80) do último trecho da BR101 – Rio/Santos.

As origens do pescador-lavrador caiçara provavelmente remontam aos primeiros agrupamentos coloniais, sendo uma questão a ser melhor estudada. Este agente produtivo ainda se encontra em áreas pouco afetadas pela especulação imobiliária, nas poucas áreas onde ainda há terra para se plantar neste verão – nas ilhas e praias do mar aberto da ilha de São Sebastião. A reprodução deste pescador-lavrador, encontra-se bastante ameaçada. Não fosse apenas a especulação imobiliária expropriando a terra, um fenômeno recente ameaça expropriar o uso da terra, uma vez que os espaços de vida destas populações passam a ser objeto de políticas de preservação que restringem o uso do solo pelas roças caiçaras.

A categoria de pescador artesanal é comumente empregada para designar os pescadores que exercem a pesca como atividade exclusiva, utilizando meios de produção próprios ou de um grupo familiar ou de vizinhança, não estabelecendo vínculos de assalariamento entre os produtores, utilizando instrumentos de produção com baixo emprego de tecnologia, entre outras características que diferem estes pescadores daqueles conhecidos como embarcados de empresas pesqueiras (DIEGUES, 1983).

Dentro desta conceituação encaixa-se uma gama muito grande de produtores, por isto talvez que uma polêmica quase insolúvel se abre toda vez que tentativas de conceituação de pescador artesanal são debatidas.

Sem pretensões de aprimorar ou discutir a categoria, me limitarei a descrever rapidamente algumas situações presentes entre pescadores artesanais do litoral norte.

Em algumas ilhas e praias, as pescarias se realizam a partir de uma canoa a remo e algumas panagens de rede ou carretéis de linha, individualmente ou em parceria. O pescado capturado destina-se à venda em mercados locais ou integra-se em circuitos mais amplos através das redes de intermediação e a partilha da produção geralmente é feita após a venda do pescado, retirada uma pequena parte para o consumo do(s) produtor(es).

Nas pescarias de cerco ou de redes maiores, são empregadas canoas de maior porte, algumas a motor e as turmas de pesca (3 a 8 pescadores) se agregam a partir das famílias ou dos grupos de vizinhança. O cerco é um instrumento de captura que pressupõe a concessão, por parte do Estado, de um ponto no mar para a sua instalação e os donos de cerco possuem registro no IBAMA e na Marinha, sendo que alguns dos donos não são pescadores.

A partilha da produção dos cercos ou das redes obedece a um sistema de partes que contemplam quem é proprietário e quem trabalhou naquela pescaria, podendo ser realizada antes ou depois da venda do pescado.

Uma outra forma de pescaria de pescadores artesanais, corresponde à pesca realizada por embarcações de maior investimento de capital e que possuem autonomia de permanência de cerca de 4 dias no mar. O dono do barco contrata a tripulação (em geral o dono e mais dois pescadores) através de participação na produção. Na partilha uma parte destina-se para repor o desgaste da embarcação, outra repõe os custos da viagem (óleo, gelo e alimentação) e o restante é dividido entre os pescadores e o proprietário.

Os tipos mais comuns de pesca realizados neste sistema é a pesca de rede para peixes e o arrasto de camarão, sendo que esta última pressupõe uma lógica própria de captura, é relativamente recente e o produto por ser considerado de primeira, pois entra em circuitos comerciais mais amplos. Uma questão a ser desvendada é se chega ou não ao mercado externo.

Eduardo Schiavone Cardoso

A presença de uma pesca empresarial no litoral norte paulista é representada por algumas embarcações atuantes na captura de cações, camarão rosa, traineiras para a pesca da sardinha e outras espécies pelágicas, as pescarias de linha do Mar Novo e a pesca de parelhas.

A implantação de um setor pesqueiro industrial, verticalizado e com alto grau de incorporação de tecnologia representado pela Confrio, instalada em São Sebastião na década de 70 e fechada na década de 80, merece algumas considerações.

O fato da Confrio ter tido vida curta, remete a, pelo menos, duas possibilidades de interpretação que não são de todo excludentes. A primeira diz respeito à total ausência de planejamento que acompanhou os investimentos da SUDEPE e que no oportunismo da maré dos incentivos fiscais, levou a criação de estruturas de terra para beneficiamento do setor pesqueiro, muitas vezes inoperantes, ociosas e de vida curta marcada por escândalos financeiros e administrativos.

A segunda remete a análises estruturais da atividade pesqueira. O fato da pesca basear-se na captura de recursos não totalmente controlados, não permite que a racionalidade capitalista se imponha, em especial no setor da produção. Apesar dos processos que reduzem a incerteza da captura, o emprego de tecnologia e a expansão das frotas industriais por sobre novas áreas de produção, a atividade pesqueira é marcada por uma forte influência da dinâmica da natureza que imprime os ciclos de reprodução e mobilidade das espécies, não permitindo o total controle sobre o processo produtivo. Para Breton e Estrada “en lugar de haber logrado absorber el conjunto de los factores de la producción pesquera, el capitalismo hasta ahora ha influido sobre todo en el plano de la tecnología; ha tenido que conformarse con un control y con una planificación parciales a nivel de los otros dos elementos constitutivos de las fuerzas productivas, es decir los recursos haliéuticos como objeto de trabajo y los productores como fuerza de trabajo” (BRETON & ESTRADA, 1989).

A história recente tem tido vários exemplos de como o avanço das capturas industriais sobre algumas espécies tem levado à destruição dos estoques e conseqüente falência de empresas voltadas a esta exploração.

Talvez como decorrência da dificuldade e mesmo conveniência de atuar no setor da captura, observa-se em várias partes do mundo, e no Brasil em particular, no litoral norte de São Paulo, uma forte presença do capitalismo no setor de comercialização e no setor de beneficiamento da produção.

O que lembra Martins, ao afirmar que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1986).

No caso da atividade pesqueira, as relações de produção não capitalistas, presentes entre armadores e até empresas nos contratos com suas tripulações, parecem reforçar a hipótese de Martins.

Entender as diversas formas de organização da produção pesqueira, as origens, as dinâmicas e as relações entre elas e a reprodução ou não das pescarias no litoral norte de São Paulo se apresenta como um interessante campo de investigação que tem produzido trabalhos importantes como o de Diegues no final da década de 70 (DIEGUES, 1983).

ESPACIALIZAÇÃO DAS PESCARIAS

Pode-se falar de uma espacialização da pesca em dois meios : no mar e na terra. No mar uma espacialização do ato produtivo em si e em terra a geografia dos circuitos da mercadoria, a reprodução dos produtores e os usos do espaço costeiro.

Na produção, marcada pela relação direta com a natureza, já foram levantadas algumas características mediadoras da relação entre o trabalhador da pesca e seu objeto de trabalho. A reprodução das espécies, as migrações, os ambientes ecológicos onde a pesca se realiza, a influência dos ciclos naturais, sejam eles do ar, da terra, do mar ou das espécies atuam diretamente na construção do espaço da produção pesqueira por parte dos pescadores. Por sua vez, as distintas formas de organização da produção, também estabelecem uma espacialização da pesca.

Eduardo Schiavone Cardoso

Em pescarias de baixo emprego de tecnologia, o espaço explorado é restrito às áreas mais próximas à costa e a ecossistemas litorâneos como estuários, lagunas, baías, etc. As redes e as armadilhas fixas são aí instaladas, sendo que alguns aparelhos representam uma apropriação privada de um trecho de mar, à medida que os registros do aparelho dão ao dono a exclusividade de exploração.

Algumas artes de pesca caracterizam-se pela busca do pescado enquanto outras são instrumentos de espera, traduzindo a dicotomia pesca/despesca observada por Maldonado na Paraíba e Cunha em Santa Catarina (MALDONADO, 1986; CUNHA, 1987).

Os instrumentos de busca do pescado são os de maior mobilidade e de acordo com a autonomia da embarcação, espaços cada vez mais distantes são explorados pela pesca.

Esta espacialização da pesca pode dar origem a territórios disputados pelos produtores e alvo dos inúmeros conflitos verificados em todo o país pelas áreas de pesca. Conflitos que revelam ainda a possibilidade de reprodução dos produtores artesanais e mesmo sua resistência ante os processos de proletarização nas frotas industriais.

A espacialidade da pesca é em parte reforçada e definida pelo Estado, através das portarias normativas que delimitam áreas e tipos de pescarias permitidas. A inoperância na fiscalização destas leis gera mais uma frente de batalha na disputa pelos espaços da produção pesqueira.

Uma questão relativamente recente no caso brasileiro e que tende a tomar importância no futuro, é a possibilidade da privatização do mar a partir das concessões de áreas para o desenvolvimento da maricultura. No litoral norte paulista já existem alguns cultivos e a expansão desta atividade representa uma possibilidade de penetração do capitalismo no setor da produção, acirrando ainda mais os conflitos de uso do mar. Em algumas áreas “nobres” do litoral, a maricultura tem servido de pretexto para o fechamento do acesso às praias.

Um grande campo para a pesquisa se abre nas discussões acerca das noções de apropriação, propriedade, espaço, território, privatização do mar, o “infinito, indiviso” já cantado pelo poeta.

Em terra a pesca apresenta também questões referentes ao espaço. As diversas formas de uso do litoral muitas vezes batem de frente com a reprodução dos pescadores.

O avanço da especulação imobiliária já foi aqui levantado como responsável pela expropriação do pescador-lavrador do litoral norte. Uma seqüência de perda de espaços pode ser assim resumida: perda da roça, perda da moradia à beira-mar, sendo transferida para os sertões e morros e finalmente perda de pontos de apoio para a pesca, tais quais os ranchos de guarda de canoas e petrechos. A indústria imobiliária não perdoa nem mesmo estes refúgios da pesca (são barracões que enfeiam as praias) e um importante movimento de recuperação destes espaços foi desencadeado pela Colônia de Pescadores Z-14 de São Sebastião no final dos anos 80.

Outros usos do litoral também afetam diretamente a pesca, tais como o lançamento de poluição doméstica e industrial nos ecossistemas costeiros, a urbanização, a destruição de manguezais, etc.

Ainda em terra, o espaço da pesca guarda peculiaridades. O pescador pode morar em áreas rurais como os pescadores lavradores ou em pequenas vilas e povoados, porém é também um elemento urbano e que se reproduz a partir das cidades, o que traz elementos específicos para discutir a questão cidade-campo. Fenômenos ricos para a análise podem ser observados. No tocante a mobilidade dos trabalhadores da pesca, destaca-se a presença de pescadores catarinenses que se instalaram no litoral norte paulista enquanto produtores artesanais e que ainda guardam vínculos com as áreas de origem.

Os circuitos de realização do pescado enquanto mercadoria, configuram uma rede que perpassa várias escalas de análise, articulando pequenos povoados ou ilhas a mercados nacionais e até internacionais. Todas as questões aqui levantadas, trazem para o pesquisador o desafio de desvendar os espaços e a geografia desta pesca.

Eduardo Schiavone Cardoso

PESCA E ESTADO

Uma outra temática que considero relevante no estabelecimento de um quadro de conjunto para a análise das pescarias no litoral norte consiste nas relações entre pesca e Estado. Com uma história remota de intervenção na atividade, creio que em três momentos bem demarcados, a ação do Estado criou novas problemáticas e questões para a pesca brasileira.

O primeiro, estudado por Silva (SILVA, 1991), é o da formação do Estado Nacional e do estabelecimento da Marinha de Guerra brasileira. Como estratégia de consolidação deste organismo das forças armadas, a Marinha atrelou a si os pescadores brasileiros, através da criação do sistema organizativo da categoria – Colônias, Federações e Confederação Nacional de Pescadores.

Recrutados como reserva estratégica da armada, a partir das duas primeiras décadas do século XX, os pescadores ainda hoje se mantêm atrelados à Marinha. A própria inoperância de várias Colônias de Pescadores, é fruto desta estrutura imposta e que somente após a promulgação da Constituição de 1988, conquistou o status de organização sindical independente.

O segundo momento diz respeito à “modernização” da pesca promovida pela SUDEPE – Superintendência de Desenvolvimento da Pesca, a partir da década de 1960. Dentro do modelo de desenvolvimento imposto pelo regime militar, a modernização conservadora promovida no setor pesqueiro produziu, guardadas as especificidades setoriais e territoriais, os mesmos efeitos das políticas da SUDAM e SUDENE, quais sejam, concentração de riqueza, expropriação dos pequenos produtores e destruição acelerada dos recursos naturais.

Finalmente, o terceiro momento que está em curso, se refere ao que Breton e Estrada chamam de consolidação dos nacionalismos marinhos. Os acordos para a entrada em vigor das resoluções a respeito do Mar Territorial e das Zonas Econômicas Exclusivas, trazem desafios recentes para o ordenamento da atividade pesqueira em mar alto, bem como questões para uma geografia política dos mares.

Afora estes marcos, a presença do Estado nas pescarias se dá a partir de todo o aparato legal da atividade e mais através dos planejamentos de uso do mar e das áreas costeiras com projetos de zoneamento de uso do solo e do espaço marinho, criação de unidades de conservação e de leis que restringem o uso do espaço nas áreas litorâneas.

IDENTIDADES, REPRESENTAÇÕES E MOVIMENTO SOCIAL DE PESCADORES

Como se dá a identificação entre os trabalhadores da pesca em face dos processos dinâmicos de produção e reprodução do espaço do mar e da terra? Quais são as diferentes visões do mundo do mar e da terra?

Os conflitos e alianças com outros setores sociais. O papel das colônias. A emergência de um movimento social em nível nacional. A existência ou não de uma cultura marítima. As relações entre a pesca e a questão ambiental.

Estes e outros aspectos já vêm sendo trabalhados por pesquisadores, em estudos que tratam da atividade pesqueira em distintas localidades do país.

MOURÃO (1971) ao analisar a passagem do pescador - lavrador do litoral sul paulista, para o pescador artesanal, refere-se ao surgimento de uma ideologia da pesca presente entre estes novos sujeitos sociais. SILVA (1993) em trabalho comparativo entre jangadeiros pernambucanos e caiçaras paulistas, trata de questões como o surgimento de estratégias de luta e de práticas simbólicas ligadas à pesca e que podem ou não se configurarem como uma cultura marítima. MALDONADO (1993) analisa as questões de ética, segredo, território, mestrança na pesca paraibana. SETTI (1985) em estudo sobre a prática musical do caiçara ubatubano, encontra aí formas de resistência às transformações do espaço. DIEGUES (1990/1992) trata da emergência do MONAPE – Movimento Nacional de Pescadores e o papel que vem desenvolvendo na articulação e nas lutas da

Eduardo Schiavone Cardoso

categoria. Além destes, outros autores têm trabalhado com estas questões de maneira mais ou menos central em seus estudos abrindo novas frentes de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecidas algumas características do setor pesqueiro e identificadas as questões anteriores, acredito ter dado alguns passos para o estabelecimento daquilo que Lefebvre denominou de um processo de conjunto, no qual a atividade pesqueira se enquadra.

No litoral norte paulista alguns marcos podem ser relevantes deste processo, como os diversos momentos de dinamismo e retração que a região passou, o surgimento de uma pesca comercial, as tentativas de “modernização” do setor e o recente avanço da urbanização acompanhada do turismo.

Desvendar a dinâmica deste processo e as transformações pelas quais passaram as diferentes formas de produção na pesca, pode apontar para a importância, as possibilidades ou não de reprodução da atividade e a geografia da pesca no litoral norte paulista.

Bibliografia

BRETON, Y. & ESTRADA, E. L. *Ciencias Sociales y desarrollo de las pesquerias. Modelos y métodos aplicados al caso de México*. México, Inst. Nacional de Antropología y Historia, 1989.

CUNHA, L. H. O. *Entre o mar e a terra*. São Paulo. Dissertação (Mestrado), PUC, 1987.

- DIEGUES, A. C. S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.
- _____. *O movimento social dos pescadores artesanais brasileiros*. São Paulo, PPCAUB/Pró-Reitoria de Pesquisa-USP/F. Ford/UICN, 1990. (mimeo.)
- _____. “Os pescadores artesanais e a questão ambiental”. *Proposta*. Rio de Janeiro, n.53, p. 31-34, 1992.
- LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. 4ª ed. Barcelona, Península, 1978.
- MALDONADO, S. C. *Pescadores do mar*. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. *Mestres e mares: Espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo, Annablume, 1993.
- MARTINS, J. S. “Pequena produção agrícola – antimito da produção capitalista no campo”. In: *Reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- MOURÃO, F. A. A. *Os pescadores do litoral sul do estado de São Paulo: um estudo de Sociologia Diferencial*. São Paulo. Tese (Doutoramento), FFLCH-USP, 1971.
- MUSSOLINI, G. “Cultura Caiçara”. In: *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- SETTI, K. *Ubatuba nos Cantos da Praia: um estudo do caiçara paulista e de sua produção musical*. São Paulo, Ática, 1985.
- SILVA, L. G. *Pescadores, militares e burgueses: legislação pesqueira e cultura marítima no Brasil (1840-1930)*. Recife. Dissertação (Mestrado), UFPE, 1991.
- _____. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo, CEMAR, 1993.

